

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de energia Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	6
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	7
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados	9
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino n.º1400, Conjunto Térreo ao 801.
Bairro Chácara Santo Antônio
CEP 04719-911- São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda.
Paracatu - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 03 de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 03 de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras .

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.



- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda.

Balances Patrimoniais

Período de 3 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora	Consolidado	Passivo	Nota	Controladora	Consolidado
		31/12/2023	31/12/2023			31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	466	4.543	Fornecedores	12	1.121	1.338
Contas a receber de partes relacionadas	9	6.227	1.141	Obrigações fiscais		-	69
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2	3	Outras contas a pagar	12	12	117
Total do ativo circulante		6.695	5.687	Total do passivo circulante		1.133	1.524
Investimentos em controladas	10	8.654	-	Patrimônio líquido	13		
Imobilizado em andamento	11	-	10.053	Capital social		14.403	14.403
Total do ativo não circulante		8.654	10.053	Prejuízos acumulados		(187)	(187)
				Total do patrimônio líquido		14.216	14.216
Total do ativo		15.349	15.740	Total do passivo e patrimônio líquido		15.349	15.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstrações de resultados

Período de 3 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(22)	(192)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(177)	-
		<u>(199)</u>	<u>(192)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos			
Despesas financeiras	15	(6)	(15)
Receitas financeiras	15	19	21
		<u>13</u>	<u>6</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(186)</u>	<u>(186)</u>
Imposto de renda e contribuição social	16	(1)	(1)
Prejuízo do período		<u>(187)</u>	<u>(187)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Período de 3 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do período	(187)	(187)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u>(187)</u>	<u>(187)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 3 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Prejuízos Acumulados	Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar		
Saldos em 03 de janeiro de 2023		-	-	-	-
Subscrição de capital	13.a	16.765	(16.765)	-	-
Integralização de capital social	13.a	-	14.403	-	14.403
Prejuízo do período		-	-	(187)	(187)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		16.765	(2.362)	(187)	14.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 3 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(186)	(186)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	10	177	-
		(9)	(186)
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de partes relacionadas		(2.406)	2.680
Impostos de renda a recuperar		(2)	(3)
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(4.737)	(4.949)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	48
Obrigações fiscais		-	(5)
Outras contas a pagar		12	46
		(7.142)	(2.369)
Caixa aplicado nas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	(1)
		(7.143)	(2.370)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			
Caixa proveniente de reorganização societária	20	-	196
Aporte de capital em investidas	10	(6.794)	-
Aquisição ao ativo imobilizado	11	-	(7.686)
		(6.794)	(7.490)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	13.a	14.403	14.403
		14.403	14.403
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	8	466	4.543
		466	4.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda, (“Empresa”) foi constituída na forma de de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 6 da LMG-690, área rural de Paracatu.

A Empresa tem como controlador a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. com participação de 100,00% do capital social da Empresa. e tem como controlador final a GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Empresa foi constituída em 03 de janeiro de 2023 com o objetivo de realizar a comercialização e intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia elétrica produzidas pelas sociedades onde a Empresa detém participação. Em 31 de maio de 2023, a Empresa realizou a aquisição das participações societárias e passou a deter o controle dos projetos e investimentos do complexo fotovoltaico Luiz Carlos.

As movimentações dos investimentos em controladas podem ser observadas na Nota Explicativa nº 9.

As demonstrações financeiras abrangem a Empresa e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica e encontra-se em 31 de dezembro de 2023 em fase pré-operacional.

1.1 Autorizações para exploração

As Controladas receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Empresa</i>	<i>CEG ANEEL</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Estimativa de geração (MWmédio)</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Fase do Projeto</i>
UFV Boa Sorte 9	Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049194-2.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 10	Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049193-4.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 11	Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049195-0.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 12	Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049196-9.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 13	Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049197-7.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 14	Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049198-5.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 15	Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049199-3.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 16	Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049200-0.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 17	Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049201-9.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento

As Controladas terão suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com sua Controladora, com o início a partir de janeiro de 2025 para suprir

os contratos de venda firmados, pela Controladora, bilateralmente no ambiente de contratação livre.

1.2 Reorganização societária

a. Aquisição de investimentos sob controle comum – Aquisição do Complexo Luiz Carlos

Em 31 de maio de 2023, a Empresa adquiriu da Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A., o controle integral das Empresas fotovoltaicas que formam o complexo Boa Sorte 2, a seguir resumidas:

Empresa
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda;

Portanto, a partir de 31 de maio de 2023, os resultados das investidas passaram a ser reconhecidos pela Empresa, conforme detalhado na nota explicativa 9.

Abaixo resumo dos saldos objeto da aquisição:

	Nota	Controladora	Consolidado
Ativo		<u>31/05/2023</u>	<u>31/05/2023</u>
Caixa e equivalente de caixa	8	-	298
Total do ativo circulante		<u>-</u>	<u>298</u>
Investimentos	10	5.857	-
Imobilizado em andamento	11	-	6.156
Total do ativo não circulante		<u>5.857</u>	<u>6.156</u>
Total do ativo		<u><u>5.857</u></u>	<u><u>6.454</u></u>

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstrações financeiras
Período de 03 de janeiro a 31 de dezembro de 2023
(Em fase pré-operacional)

Passivo			
Fornecedores	12	-	437
Obrigações fiscais		-	23
Obrigações sociais		-	5
Outras contas a pagar		-	132
Total do passivo circulante		-	597
Acervo líquido adquirido		5.857	5.857

b. Alienação de investimentos sob controle comum – Controladas

Conforme contrato de compra e venda firmado em 30 de novembro de 2023 a Empresa realizou a alienação dos investimentos diretos nas controladas Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda., Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda., Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda., Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda. e Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda, para Luiz Carlos Holding 1 Ltda. Por ser o mesmo controlador, essa operação foi tratada como transação sob controle comum e dessa forma, o investimento foi transferido por valor dos livros.

Os saldos objeto da alienação de controle estão demonstrados a seguir:

	<u>Saldos transferidos</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo		
Equivalentes de caixa	-	100
Total do ativo circulante	-	100
Investimentos	3.185	-
Imobilizado	-	3.143
Total do ativo não circulante	3.185	3.143
Total do ativo	3.185	3.243
Passivo		
Fornecedores	-	7
Obrigações fiscais	-	2
Outras contas a pagar	-	49
Total do passivo circulante	-	58
Patrimônio Líquido		
Capital social	3.350	3.350
Prejuízos acumulados	(164)	(164)

Total do patrimônio líquido	3.185	3.185
Total do passivo e patrimônio líquido	3.185	3.243

c. Alienação de investimentos sob controle comum – Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 Ltda.

Conforme contrato de compra e venda ocorrida em 30 de novembro de 2023 foi realizada alienação do investimento direto, Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda, pertencente a Empresa, para a controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.. Por ser o mesmo controlador, a transação foi tratada como operação sob controle comum e dessa forma, o investimento foi adquirido pelo valor de livros.

Os saldos objeto da aquisição da investida, correspondem à R\$ 636, e estão demonstrados na nota explicativa nº 10.

Os saldos objeto da aquisição estão demonstrados a seguir:

	Nota	Consolidado
Ativo		30/11/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	2
Total do ativo circulante		298
Imobilizado em andamento	11	646
Total do ativo não circulante		646
Total do ativo		648
Passivo		
Fornecedores	14	1
Obrigações fiscais		1
Outras contas a pagar		10
Total do passivo circulante		12
Capital social		770
Prejuízos acumulados		(34)
Acervo líquido adquirido		636
Total do passivo		648

1.3 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Empresa e suas controladas apresentaram capital circulante líquido positivo em 2023, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante no montante individual de R\$ 5.562 e consolidado de R\$ 4.163. Adicionalmente, o Grupo apresentou prejuízo individual e consolidado para o período de 03 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 187.

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras incluem, em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações financeiras da Atlas Brasil Holding 4 S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	País	Participação	
		31/12/2023	
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	100%

- (a) Em 31 de maio de 2023, a Empresa, adquiriu o controle de 100% das controladas, conforme detalhado na nota explicativa n°1.2.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras são mensuradas ao custo amortizado.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 11:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
 - **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 11:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 30 de junho de 2023.
-
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 18:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

(i) *Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras da Empresa a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de

controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(v) *Combinação de negócios*

Combinação de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende a definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A Companhia tem a opção de aplicar um “teste de concentração” que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos são é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todos o valor juto dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

b) *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;

- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

c) Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

d) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

O Grupo não possui despesas de depreciação, tendo em vista que as Controladas se encontram em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pelo Grupo corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas das controladas Boa Sorte 2. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A depreciação será reconhecida no resultado, quando da entrada em operação. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização, conforme nota explicativa nº 1.1.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos.

f) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros VJR a Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros custo amortizado a Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

O Grupo mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

i) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, aos quais o Grupo não espera impactos significativos.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras .

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

A empresa monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

d) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos à vista (a)	16	131
Aplicações financeiras (b)	450	4.412
Total	<u>466</u>	<u>4.543</u>

(a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 100%, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Contas a receber de partes relacionadas (a)	6.227	1.141
	6.227	1.141

- a) Refere-se a saldo a receber de conta corrente junto a controladas do grupo, conforme nota explicativa n° 17.

10 Investimentos

Composição do investimento e passivo a descoberto	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do período (a)	Resultado de equivalência patrimonial (a)	2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE LTDA	100%	1.139	22	22	1.139
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE LTDA	100%	1.002	(22)	(22)	1.002
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE LTDA	100%	897	(46)	(46)	897
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE LTDA	100%	938	(16)	(16)	938
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE LTDA	100%	938	(16)	(16)	938
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE LTDA	100%	935	(15)	(15)	936
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE LTDA	100%	936	(16)	(16)	936
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE LTDA	100%	944	(16)	(16)	944
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE LTDA	100%	924	(16)	(16)	924
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE LTDA	100%	-	(6)	(6)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE LTDA	100%	-	(6)	(6)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE LTDA	100%	-	(6)	(6)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE LTDA	100%	-	(6)	(6)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE LTDA	100%	-	(6)	(6)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE LTDA	100%	-	(6)	(6)	-
Total		8.654	(177)	(177)	8.654

- a) O resultado do período das investidas compreende os períodos os quais a Empresa deteve o controle, conforme detalhado na nota explicativa n° 1.2.

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas Demonstrações financeiras , é como segue:

Composição do investimento	Part.%	03/01/2023	Aquisição de investimentos (i)	Alienação de investimentos (ii)	Alienação de investimentos (iii)	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2023
<i>Investimentos em controladas</i>								
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE Ltda	100%	-	390	-	-	727	22	1.139
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE Ltda	100%	-	390	-	-	634	(22)	1.002
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE Ltda	100%	-	392	-	-	551	(46)	897
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE Ltda	100%	-	390	-	-	564	(16)	938
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE Ltda	100%	-	390	-	-	564	(16)	938
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE Ltda	100%	-	390	-	-	561	(15)	936
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE Ltda	100%	-	390	-	-	562	(16)	936
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE Ltda	100%	-	390	-	-	570	(16)	944
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE Ltda	100%	-	390	-	-	550	(16)	924
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	100%	-	390	(638)	-	254	(6)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	100%	-	391	(638)	-	253	(6)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	100%	-	391	(638)	-	253	(6)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	100%	-	391	(638)	-	253	(6)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	100%	-	391	(633)	-	248	(6)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	100%	-	391	-	(636)	251	(6)	-
Total		-	5.857	(3.185)	(636)	6.795	(177)	8.654

(i) Em 31 de maio de 2023 a Empresa adquiriu as controladas, que compõe o complexo Boa Sorte, reconhecidas a valor contábil, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.

(ii) Valor da transação da venda das controladas, para Luiz Carlos Holding 1 Ltda., conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.

(iii) Valor da transação da venda das controlada, para Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A., reconhecidas a valor contábil, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstrações financeiras
 Período de 03 de janeiro a 31 de dezembro de 2023
 (Em fase pré-operacional)

A seguir resumo das controladas da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

31/12/2023	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE Ltda	6.271	5.132	1.139	22
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE Ltda	1.042	39	1.002	(22)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE Ltda	942	45	897	(46)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE Ltda	982	44	938	(16)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE Ltda	982	44	938	(16)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE Ltda	979	44	936	(15)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE Ltda	976	40	936	(16)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE Ltda	989	44	944	(16)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE Ltda	968	44	924	(16)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	-	-	-	(6)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	-	-	-	(6)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	-	-	-	(6)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	-	-	-	(6)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	-	-	-	(6)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	-	-	-	(6)
Total dos investimentos	14.130	5.476	8.654	(177)

11 Imobilizado consolidado

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	03/01/2023	Reorganização societária (i)	Reorganização societária (ii)	Reorganização societária (iii)	Adição (a)	31/12/2023
Imobilizado em andamento (a)	-	6.156	(3.143)	(646)	7.686	10.053
Total do imobilizado	-	6.156	(3.143)	(646)	7.686	10.053

- (i) Em 31 de maio de 2023 a Empresa adquiriu as controladas, que compõe o complexo Boa Sorte, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2, reconhecidas a valor contábil, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2, como consequência integraram nos saldos consolidados os ativos detidos pelas investidas.
- (ii) Valor da transação da venda das controladas, para Luiz Carlos Holding 1 Ltda., conforme descrito na nota explicativa nº 1.2, reconhecidas a valor contábil, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2., como consequência a Empresa deixou de ter o controle sobre os ativos detidos pelas investidas.
- (iii) Valor da transação da venda da controlada Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda., para Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 1.2, reconhecidas a valor contábil, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2., como consequência a Empresa deixou de ter o controle sobre os ativos detidos pela investida.
- (a) As aquisições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 6.e, o Grupo não reconheceu em 31 de dezembro de 2023 despesas com depreciação, tendo em vista que as controladas se encontram em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pelo Grupo.

O Grupo avaliou que em 31 de dezembro de 2023 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e outras contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Contratação de serviços (a)	1	218
Fornecedores partes relacionadas (b)	1.120	1.120
Total de fornecedores	1.121	1.338
Outras provisões com serviços (c)	12	117
Total de outras contas a pagar	12	117

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Total de fornecedores e outras contas a pagar	1.133	1.455

- (a) Os saldos de serviços a pagar referem-se às contratações necessárias para o processo de construção do parque fotovoltaico.
- (b) Conforme nota explicativa nº 17.
- (c) Refere-se a serviços de auditoria a faturar.

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 18.

13 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Empresa é de R\$ 16.765, representado por 16.765 quotas, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.

A Empresa realizou subscrições de capital social, decorrente da 2ª alteração contratual, realizada em 19 de junho de 2023, com subscrição de capital social no montante de R\$ 17.764.

Ao longo de 2023 a controladora Atlas Brasil energia Holding 4 S.A. realizou a integralização de capital no montante de R\$ 14.403.

14 Despesas gerais administrativas

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(21)	(196)
Assessoria e advogados	(11)	(11)
Serviços tomados	11	16
Despesas regulatórias	(1)	(1)
	(22)	(192)

15 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	19	21
	19	21
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(6)	(15)
	13	6
Resultado financeiro, líquido		

16 Imposto de renda e contribuição social

A Empresa e suas controladas apresentaram despesas com imposto de renda e contribuição social, para os saldos individuais e consolidados no montante de R\$ 1 para o período findo em 31 de dezembro de 2023.

17 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para 2023 e 2022 não foram fixadas remunerações.

c. Operações com partes relacionadas

	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a pagar</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
<i>(i) Operações partes relacionadas – Nacional</i>				
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE LTDA	5.086	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	167	167	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE LTDA	167	167	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE LTDA	167	167	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE LTDA	155	155	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE LTDA	165	165	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE LTDA	320	320	-	-

Atlas Brasil Energia Holding 4 Ltda	-	-	1.120	1.120
Total	6.227	1.141	1.120	1.120

(I) Referente a ativos adquiridos pela Empresa e destinados as Empresas do Grupo Atlas.

18 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

b. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023 – Valor contábil		31/12/2023 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	450	16	4.412	131
Contas a receber	9	-	6.227	-	1.141
Total		450	6.243	4.412	1.272
Passivos					
Fornecedores	11	-	1.121	-	1.338
Outras contas a pagar	11	-	12	-	117
Total		-	1.133	-	1.455

	Nível hierárquico do valor justo	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023 – Valor contábil		31/12/2023 – Valor contábil	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	466	466	4.543	4.543
Contas a receber	Nível 2	6.227	6.227	1.141	1.141
Total		6.693	6.693	5.684	5.684
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	1.121	1.121	1.338	1.338
Outras contas a pagar	Nível 2	12	12	117	117
Total		1.133	1.133	1.455	1.455

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;
Risco de liquidez;
Risco de mercado;
Risco cambial e
Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Por encontrar-se em fase pré-operacional o Grupo não apresenta exposição a tal risco.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	466	4.543
Total	466	4.543

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, o Grupo centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. O Grupo prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2023

	Valor Contábil	Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	1.455	1.455	1.455	-	-	-
	1.455	1.455	1.455	-	-	-

iii. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. *Risco cambial*

A Empresa está exposta ao risco cambial proveniente dos compromissos em aportar recursos à suas controladas referentes as aquisições de ativo imobilizado para a implementação das usinas de geração. O risco deriva das oscilações entre o Real (R\$) versus Dólar Norte Americano (USD).

v. *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação

próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2023	Cenário provável 31/12/2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + (-) 25%	Δ + (-) 50%
Risco de redução da taxa de juros e índices					
CDI (a)	11,87%	9,15%	9,15%	11,44%	13,73%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2023	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	4.412	404	505	606	303	202

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

19 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como provável ou possível.

20 Informações complementares ao fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstrações financeiras
 Período de 03 de janeiro a 31 de dezembro de 2023
 (Em fase pré-operacional)

	Nota	<u>Controladora</u> 31/12/2023	<u>Consolidado</u> 31/12/2023
Aquisição de investidas	10	(5.857)	-
Fornecedores partes relacionads	12	5.857	-
Alienação de investidas (i)	10	3.821	-
Contas a receber partes relacionadas	17	(3.821)	-
<i>Aquisição das controladas – Boa Sorte 9 a 23</i>			
Fornecedores	12	-	437
Obrigações fiscais		-	23
Obrigações sociais		-	5
Outras conta a pagar	12	-	5.989
Imobilizado	11	-	(6.156)
Caixa proveniente da aquisição		-	(298)
<i>Alienação das controladas – Boa Sorte 18 a 22</i>			
Contas a receber partes relacionadas	17	-	(3.185)
Fornecedores	12	-	(7)
Obrigações fiscais		-	(2)
Outras conta a pagar		-	(49)
Aquisição imobilizado	11	-	3.143
Caixa proveniente da aquisição		-	100
<i>Alienação das controladas – Boa Sorte 23</i>			
Contas a receber partes relacionadas	17	-	(636)
Fornecedores	12	-	(1)
Obrigações fiscais		-	(1)
Outras conta a pagar		-	(10)
Imobilizado	11	-	646
Caixa proveniente da aquisição		-	2
Total de caixa proveniente das reorganizações societárias		-	(196)

- (i) Referente a alienação das controladas – Boa Sorte 18 a 23, conforme detalhado na nota explicativa número 1.2.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
 Diretor
 CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
 Contador
 CRC: 1SP206243/O-5
 CPF: 008.175.478-78

* * *